



**REPÚBLICA  
PORTUGUESA**

MINISTRO DAS FINANÇAS

Apresentação da Proposta de  
**ORÇAMENTO DO ESTADO 2017**

14.10.2016

***Um país mais justo,  
um orçamento responsável,  
amigo das famílias e das empresas.***

# POLÍTICA ECONÓMICA E ORÇAMENTAL

**RECUPERAÇÃO DE  
RENDIMENTOS**

**CAPITALIZAÇÃO DAS  
EMPRESAS**

**ESTABILIZAÇÃO DO  
SISTEMA  
FINANCEIRO**

# *A proposta de Orçamento do Estado para 2017*

---

assegura

rigor na execução da despesa pública

---

apoio ao investimento

---

estabilidade fiscal e combate à fraude e evasão  
fiscais

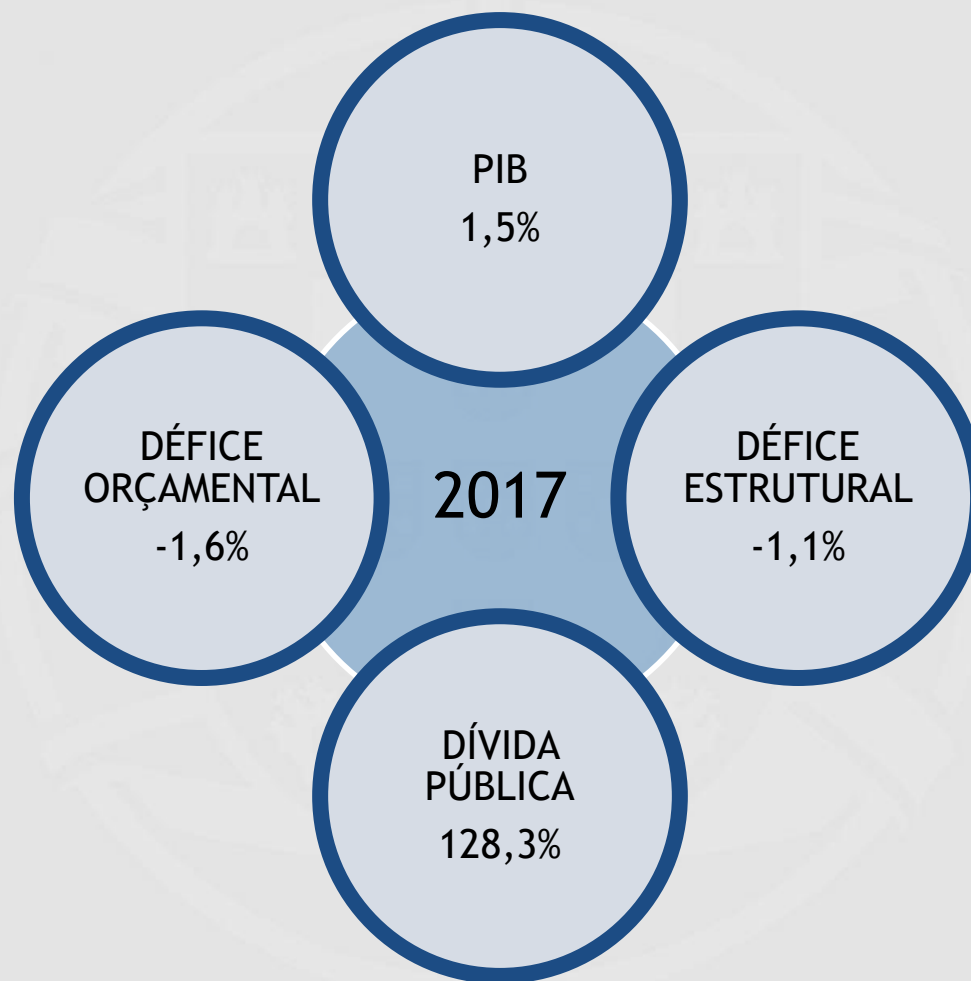
---

melhoria na gestão dos recursos da administração  
pública

---

a prossecução do Programa Nacional de Reformas

---



# PRINCIPAIS INDICADORES PARA 2017

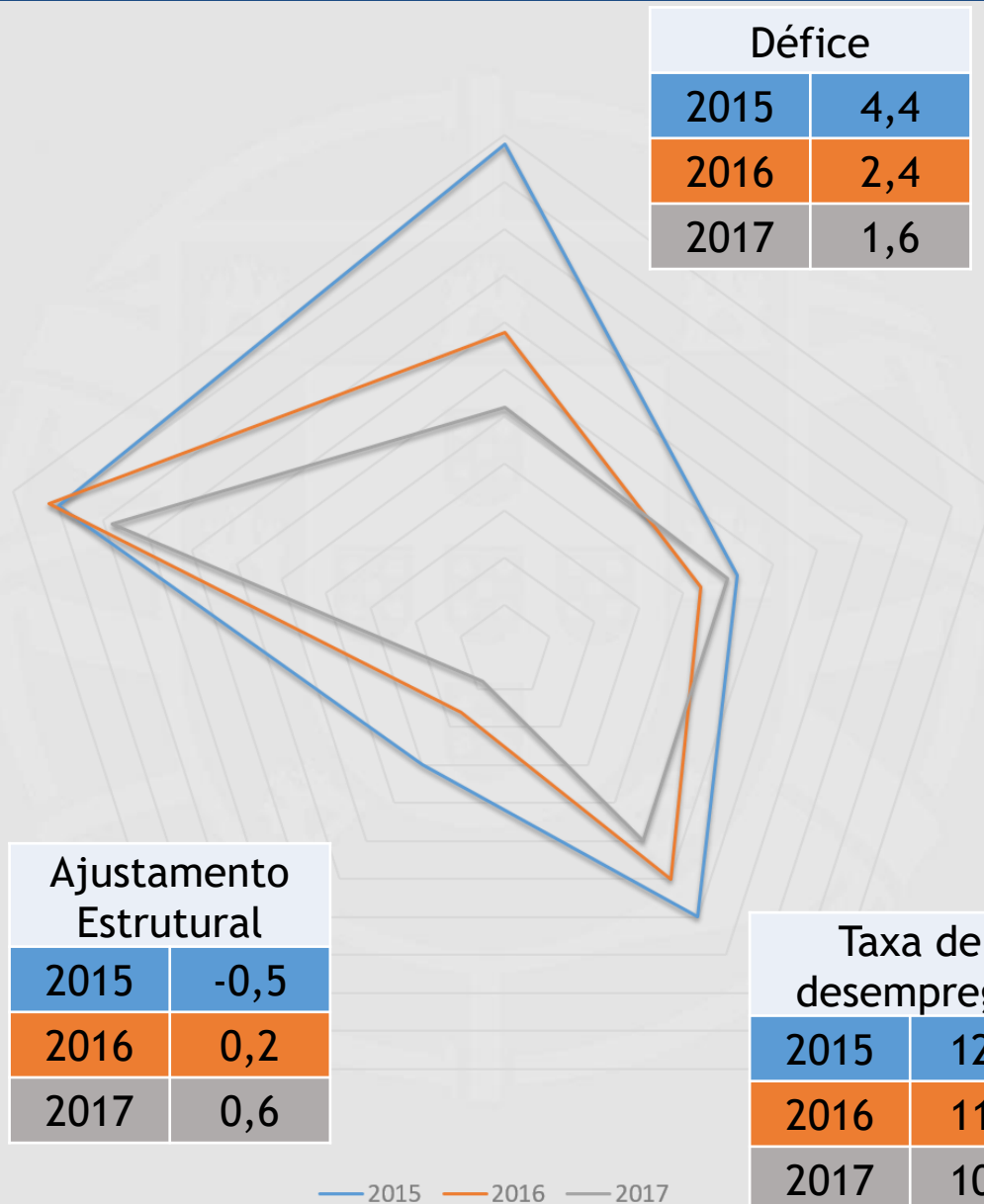
| Défice |     |
|--------|-----|
| 2015   | 4,4 |
| 2016   | 2,4 |
| 2017   | 1,6 |

| Dívida Pública |       |
|----------------|-------|
| 2015           | 129   |
| 2016           | 129,7 |
| 2017           | 128,3 |

| PIB  |     |
|------|-----|
| 2015 | 1,6 |
| 2016 | 1,2 |
| 2017 | 1,5 |

| Ajustamento Estrutural |      |
|------------------------|------|
| 2015                   | -0,5 |
| 2016                   | 0,2  |
| 2017                   | 0,6  |

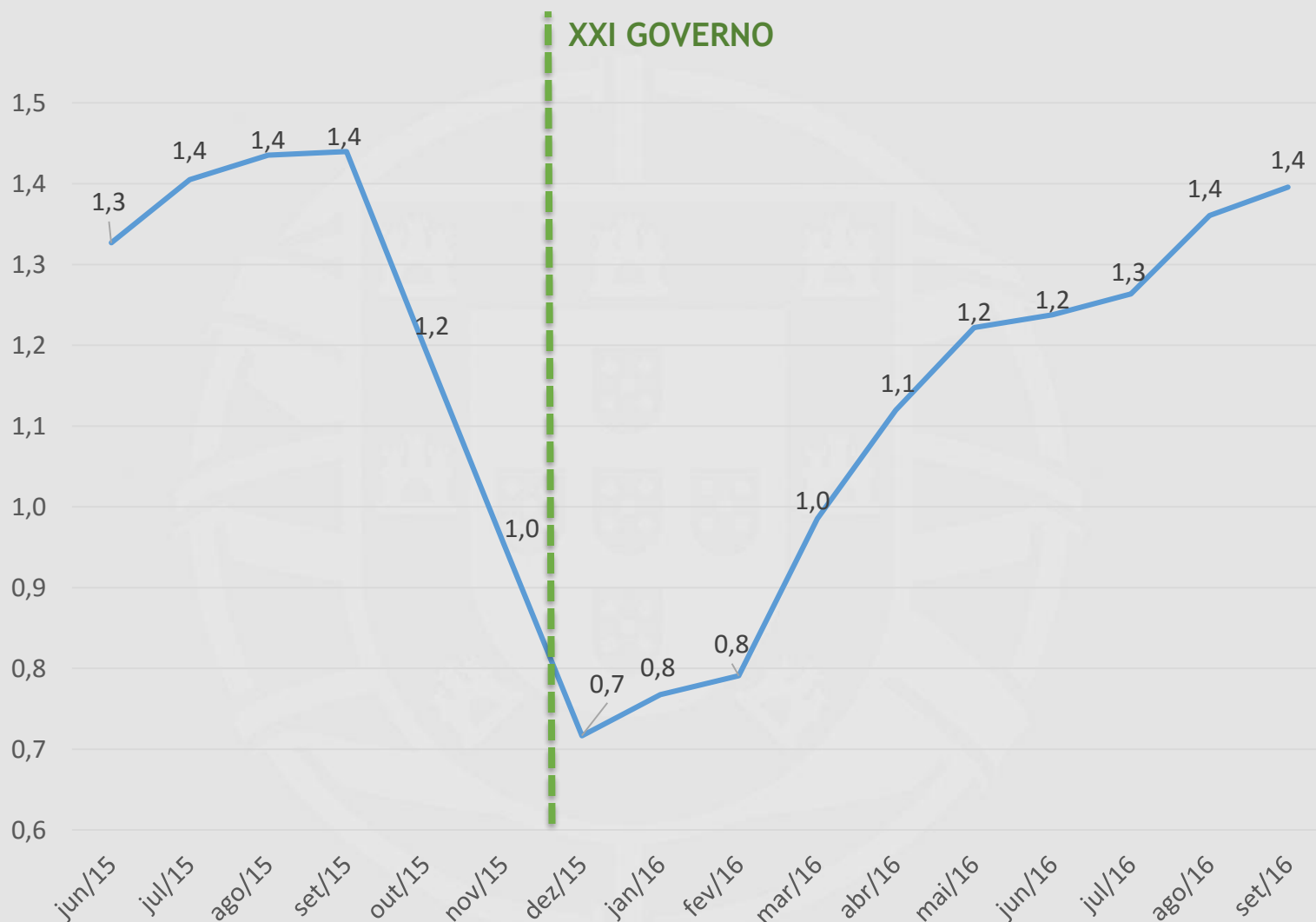
| Taxa de desemprego |      |
|--------------------|------|
| 2015               | 12,4 |
| 2016               | 11,2 |
| 2017               | 10,3 |



|   | 2016 | 2017 |
|---|------|------|
| Procura externa relevante<br>(fonte: FMI) | 2,4  | 4,2  |
| Crescimento do PIB da UE                  | 1,8  | 1,9  |
| Preço do Brent<br>(USD/barril)            | 44,4 | 51,3 |

**As hipóteses externas melhoram em 2017.**

# INDICADOR DE CLIMA ECONÓMICO



Fonte: INE



# PRODUTO INTERNO BRUTO

|                 | 2016 | 2017 |
|-----------------|------|------|
| PIB             | 1,2  | 1,5  |
| Consumo privado | 2,0  | 1,5  |
| Consumo público | 0,6  | -1,2 |
| FBCF            | -0,7 | 3,1  |
| Exportações     | 3,1  | 4,2  |
| Importações     | 3,2  | 3,6  |

**Crescimento do emprego:** 1%

**Redução da taxa de desemprego:** -0,9 pp (10,3% em 2017)

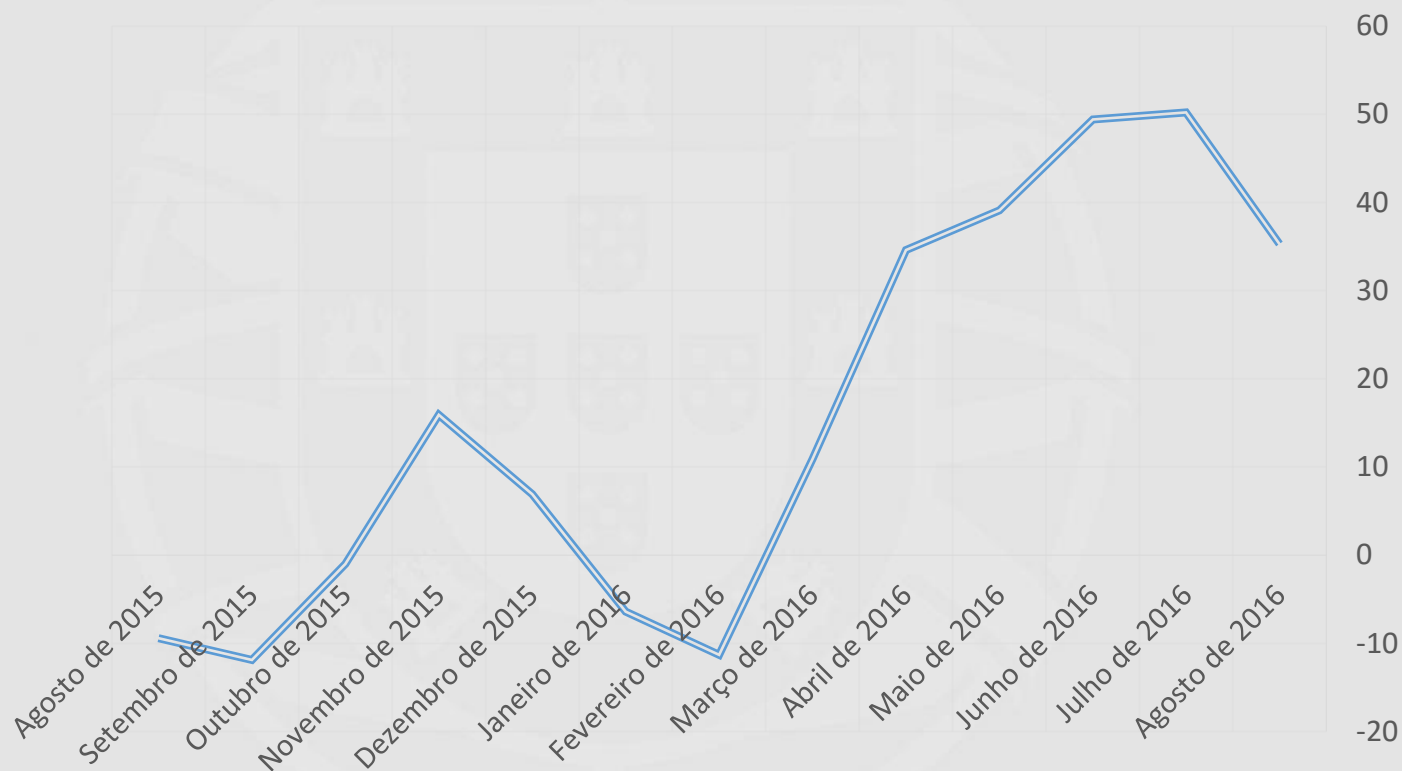
**Aumento da produtividade do trabalho:** 0,5%

**Salários nominais por trabalhador:** 1,3%

- setor privado: 1,4%
- setor público: 1,8%

**Custo unitário do trabalho** **evolui** em linha com parceiros comerciais

## EMPREGO ACELERA CRESCIMENTO DO EMPREGO



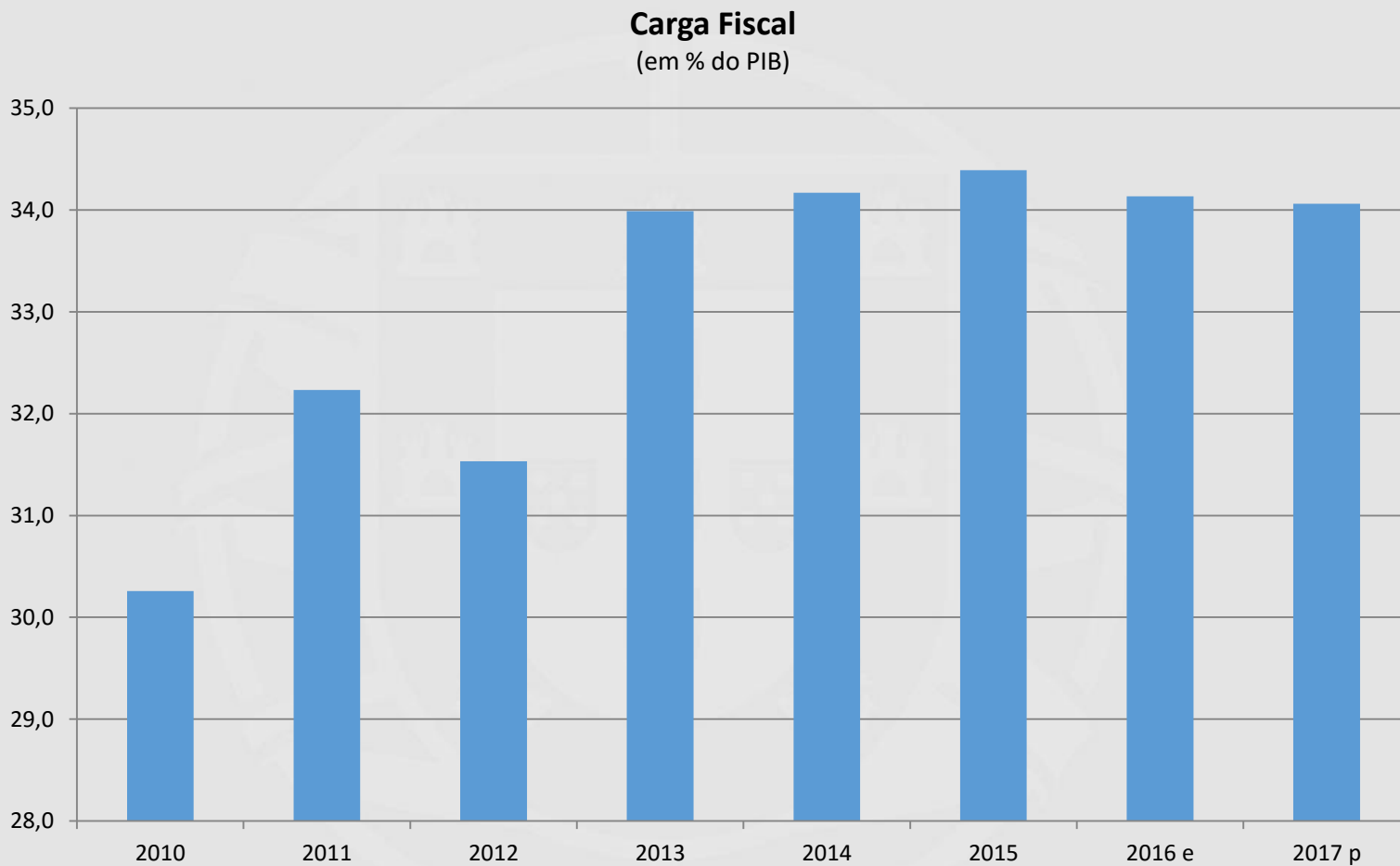
|   | Variação |       |
|---|----------|-------|
| RECEITAS FISCAIS                        | 2016     | 2017  |
| Impostos sobre a produção e importação  | 4,8      | 3,0   |
| Impostos sobre rendimentos e património | -2,4     | 2,5   |
|   |          |       |
| DESPEAS (taxa de variação, em %)        |          |       |
| Com pessoal                             | 2,1      | 1,3   |
| Consumo intermédio                      | 2,5      | 0,8   |
| Formação bruta de capital fixo          | -16,1    | 21,9  |
|   |          |       |
| DÉFICE                                  | -2,4     | -1,6  |
| DÍVIDA                                  | 129,7    | 128,3 |

Necessidade de  
financiamento reduz de  
2,4% para 1,6%

Maior saldo primário  
positivo: 2,8%  
(1,9% em 2016)

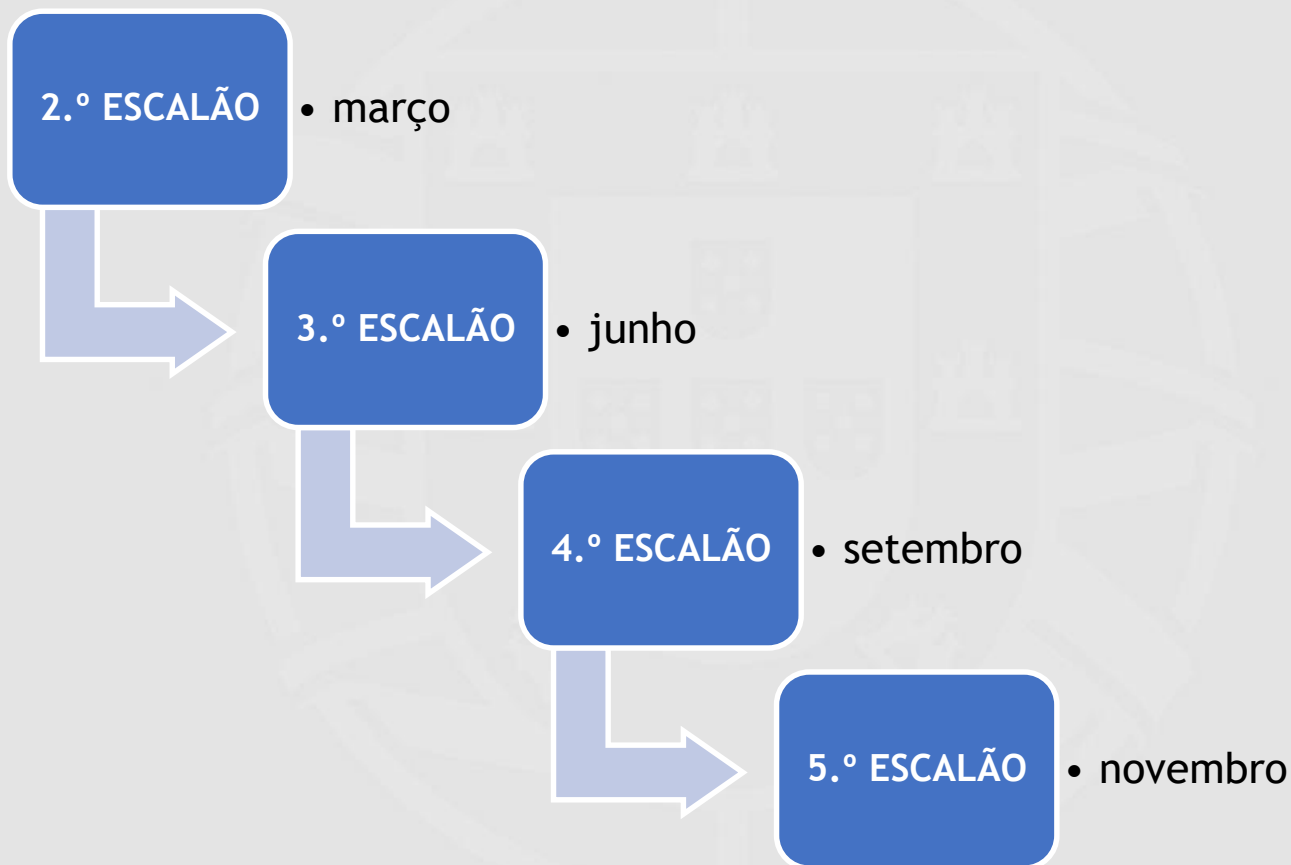
Dívida pública cai para  
128,3%  
(1,4 pp face a 2016)

| PRINCIPAIS EIXOS                               | MEDIDAS EXEMPLIFICATIVAS  |
|--|---|
| <b>Facilitar a vida às pessoas</b>             | <ul style="list-style-type: none"> <li>• IRS automático</li> <li>• Simplificação administrativa (IMI e ISV)</li> </ul>  |
| <b>Promover a equidade fiscal</b>              | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Regime de tributação conjunta</li> </ul>   |
| <b>Apoio às empresas e ao investimento</b>     | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Benefícios fiscais relativos à instalação de empresas em territórios do interior</li> <li>• Terminar com a exigência de pagamento antecipado de IVA nas importações</li> </ul> |
| <b>Incentivo a práticas amigas do ambiente</b> | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Agravamento do IUC para veículos novos mais poluentes</li> </ul>   |
| <b>Promoção da saúde pública</b>               | <ul style="list-style-type: none"> <li>• IABA passa a abranger bebidas adicionadas de açúcar ou outros edulcorantes</li> </ul>  |
| <b>Combate à fraude e evasão fiscal</b>        | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Extinção de benefícios fiscais que envolvem pagamentos/recebimentos de paraísos fiscais</li> </ul>   |



Fonte: INE/MF

## ELIMINAÇÃO DA SOBRETAXA APLICÁVEL EM SEDE DE IRS







**Incide** sobre a soma do Valor Patrimonial Tributário dos prédios urbanos

**Exclusões:**

- € 600 000 para pessoas singulares, heranças indivisas e pessoas coletivas com atividade agrícola, industrial ou comercial para imóveis afetos ao seu funcionamento
- Prédios ‘industriais’, prédios licenciados para atividade turística bem como os que no ano anterior tenham estado isentos do pagamento de IMI



**Sujeitos passivos casados ou unidos de facto podem optar pela tributação conjunta**



**Taxa de imposto de 0,3% e pagamento no mês de setembro do respetivo ano, sendo a receita do imposto consignada à Segurança Social**



**Possibilidade de dedução em sede de IRS e IRC**

## ELIMINAÇÃO DO PAGAMENTO DO SUBSÍDIO DE NATAL DUODÉCIMOS

Pagamento de 50% em  
novembro

Pagamento dos restantes 50%  
em duodécimos ao longo do  
ano

- **Saúde:** renegociação de contratos com fornecedores; internalização de serviços na rede do SNS, limitando do recurso a empresas prestadoras de serviços médicos; combate à fraude (impacto: €135M)
- **Educação:** revisão de contratos de associação; esforço de racionalização do registo de turmas; centralização do processamento de vencimentos (impacto: €30M)
- **Compras públicas:** centralização dos procedimentos de aquisição de energia; novo modelo de contratação pública de serviços de transporte e alojamento (impacto: €17M)
- **Setor Empresarial do Estado:** novos procedimentos e novas regras para a elaboração e aprovação dos planos de atividades e orçamentos das empresas; novas ferramentas de acompanhamento e monitorização da execução dos orçamentos

**OBJETIVO:** alargar as pensões inferiores a 1,5 IAS que não foram atualizadas nos últimos 5 anos.

Até ao final de 2017, todas as pensões entre 275€ e 628,28€ terão um acréscimo mínimo de 10€



Janeiro:

- Atualização segundo a fórmula em vigor, passando o 1.º escalão a incluir todas as pensões até 2 IAS



Agosto:

- todos os pensionistas com direito a atualização extraordinária terão um aumento de 10€ relativamente a dezembro de 2016



REPÚBLICA  
PORTUGUESA

MINISTRO DAS FINANÇAS

